

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁÇER DO SAL

Aprovada por
Majoria com
abstenções

1 SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2015

2 ATA Nº 02

Sessão de 30/06/15

A Mesa

M. B. Silva

3
4 Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e quinze, nesta cidade de Alcácer do Sal e
5 Salão Nobre do Município, reuniu a Assembleia Municipal. Compareceram nesta sessão ordinária,
6 António dos Mártires Balona, Presidente da Assembleia Municipal, Baltasar Flávio da Silva,
7 Primeiro Secretário da Mesa, e os Membros, Duarte Manuel Lynce de Faria, Manuel Fernando
8 Silva da Rocha, Maria Antónia Incenso dos Reis Mendes, Luís Miguel Visinho Nunes, Nuno Miguel
9 Adelaide Rodrigues Dias, Maria Helena Murcho Guerreiro, Luzia Maria Carvalho Maurício, Serafim
10 António Martins Inocêncio, Vítor Manuel Elias Rosa, Ana Isabel Bernardo Semião, Sara Patrícia
11 Guerreiro Jacinto, Leonardo Jacinto, Carlos Alberto Santana Baião, Leónia de Jesus Pinto Bárbara
12 Gomes, Jerónimo Jacinto de Almeida, José Carlos Nascimento dos Reis, Maria do Rosário
13 Faustino Tomás, Maria Gertrudes Ramos Miguel (em regime de substituição), Ricardo Jorge
14 Carqueijeiro Magalhães Campos (em regime de substituição), Arlindo José Paulino de Passos,
15 Presidente da União das Freguesias de Alcácer do Sal e Santa Susana, Virgílio Manuel da Silva,
16 Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, Maria José Coelho Martins, Presidente da Junta de
17 Freguesia de Comporta, e Albino António Batista Francisquinho, Presidente da Junta de Freguesia
18 de São Martinho.

19
20 Compareceram, também, Vítor Manuel Chaves de Caro Proença, Presidente da Câmara Municipal,
21 Ana Isabel Paulino Chaves, Vice-Presidente e os Vereadores, Ana Luísa Alferes Pinto Soares,
22 Manuel Vítor Nunes de Jesus e Isabel Cristina Soares Vicente.

23
24 Verificou-se a ausência das Deputadas Maria de Fátima Martins dos Santos Leite, Maria Antónia
25 Foito Crespo tendo as mesmas apresentado justificação, que fica arquivada em pasta anexa à ata.

26
27 Pelas vinte horas e cinquenta minutos, verificou-se a existência de quórum, pelo que o Presidente
28 da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão.

29
30 O Presidente da Assembleia cumprimentou os presentes e informou que o Segundo Secretário,
31 Maria de Fátima Martins dos Santos Leite, não estava presente por motivos de ordem pessoal.
32 Sugeriu que o Deputado Jerónimo Jacinto de Almeida a pudesse substituir, o que foi aceite por
33 todos.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Segundo Secretário que procedesse à leitura do resumo da correspondência.

1 - Expediente:

O Segundo Secretário procedeu à leitura do resumo da correspondência, recebida no período de 24-02-2015 a 17-04-2015, que aqui se dá como reproduzido e transcrito, ficando arquivado em pasta anexa à ata, dela fazendo parte integrante.

2 - Análise e votação da Ata da sessão realizada em 20 de fevereiro de 2015:

O Presidente da Assembleia, questionou se algum Deputado tinha alterações a fazer à ata.

Os Deputados Duarte Lynce de Faria e Jerónimo Almeida, propuseram que fossem efetuadas algumas correções na ata, o que foi aceite.

O Presidente da Assembleia, colocou a Ata a votação.

A Ata nº 01 de 20 de fevereiro de 2015 foi aprovada, por maioria, com a abstenção, dos Deputados, Leonardo Jacinto, Leónia de Jesus Pinto Bárbara Gomes, Maria do Rosário Faustino Tomás, Maria José Coelho Martins e Ricardo Jorge Carqueijeiro Magalhães Campos, por ausência na referida reunião.

O Deputado Duarte Lynce de Faria, apresentou um protesto formal, do Grupo Municipal no Partido Socialista, relacionado com o que vem redigido na página 11 da ata, quando o Sr. Presidente da Câmara diz "que se o deputado queria colocar a questão sobre a EMSUAS devia tê-lo feito antes da ordem do dia". Informou que, consideram ter existido uma ingerência relativamente aos trabalhos e à direção da assembleia, porque como todos sabem, quem dirige os trabalhos é a Mesa da Assembleia.

O Presidente da Assembleia, sublinhou estar fora de causa, que quem dirige os trabalhos é a Mesa e lembrou que o Deputado Duarte Lynce de Faria colocou uma questão que não era relacionada com o ponto que estava em discussão, mas sim com um assunto anterior e o Sr. Presidente da Câmara no uso da palavra que lhe foi concedida fez um reparo, não tendo a Mesa considerado que o Sr. Presidente da Câmara se estava a ingerir nos trabalhos da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia informou que foram presentes à Mesa, três Moções e uma Saudação:

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

69 - Moção "A" – *(Por ocasião do 41.º aniversário da Revolução de abril e das comemorações do 1º de*
70 *maio – dia internacional do trabalhador)*, apresentada pelos Deputados da CDU.

71 - A Moção "B" - *(Para Manter Vivo Abril, Pelos 41 Anos do "25 de Abril"!)*, apresentada pelos
72 Deputados do PS.

73 - A Moção "C" - *(Para Manter Vivo o Espírito do 1.º de Maio"!)*, apresentada pelos Deputados do
74 PS.

75 - A Saudação - *(À Associação Humanitária dos Bombeiros Mistos de Alcácer do Sal)*, apresentada
76 pelos Deputados da CDU.

77

78 O Presidente da Assembleia, solicitou aos Deputados da CDU que procedessem à leitura da
79 Moção "A" – *(Por ocasião do 41.º aniversário da Revolução de abril e das comemorações do 1º de*
80 *maio – dia internacional do trabalhador)*.

81 A Moção foi lida pela Deputada Luzia Carvalho.

82 O Presidente da Assembleia colocou a Moção a discussão.

83 Intervenções:

84 O Deputado Duarte Lynce de Faria referiu que o Grupo Municipal do PS propôs que, as três
85 Moções fossem discutidas conjuntamente, independentemente de depois se decidir se cada uma
86 delas deve ser votada individualmente, porque todas elas são referentes ao 25 de Abril e ao 1º de
87 Maio.

88

89 O Presidente da Assembleia, referiu que a Mesa não via qualquer inconveniente na proposta e
90 questionou o Grupo Municipal da CDU se concordava com a mesma.

91

92 A Deputada Luzia Carvalho, informou que o Grupo Municipal da CDU concordava com a proposta
93 apresentada.

94

95 O Presidente da Assembleia, solicitou aos Deputados do PS que procedessem à leitura da Moção
96 "B" - *(Para Manter Vivo Abril, Pelos 41 Anos do "25 de Abril"!)* e da Moção "C" - *(Para Manter Vivo*
97 *o Espírito do 1.º de Maio"!)*.

98 A Moção "B" foi lida pela Deputada Sara Jacinto e a Moção "C" foi lida pela Deputada Ana Semião.

99 O Presidente da Assembleia colocou as três Moções a discussão.

100 Intervenções:

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

101 O Deputado Duarte Lynce de Faria, disse constatar, que o quarto parágrafo da Moção apresentada
102 pela CDU coincidia na generalidade, com a parte final da Moção apresentada pelo PS sobre o 1º
103 de Maio.

104
105 O Deputado Nuno Dias, referiu que, esse facto, não está de forma clara expresso nas Moções, mas
106 acha que é importante reconhecer e homenagear o papel de todos aqueles que lutaram para que
107 fosse possível a chegada do 25 de Abril, de forma mais ou menos organizada e que houve quem,
108 inclusive, tivesse pago com a própria vida, a oposição que fez à ditadura do regime de Salazar.
109 Disse também que o 25 de Abril abriu um conjunto de portas, tais como, o direito ao voto, à
110 liberdade de expressão, a um emprego, à proteção social, ao poder local e a muitos outros.

111 Referiu que as Moções espelham, não só, que foram criadas um conjunto de expectativas para as
112 populações, mas também, que infelizmente, particularmente nos últimos anos, de forma mais clara,
113 têm havido políticas erradas, que contrariam o que foi o espírito do 25 de Abril, nomeadamente no
114 direito à saúde, à educação, ao ensino público e ao trabalho. Acrescentou que, o encerramento de
115 serviços públicos sem respeito por aquilo que é a atividade do poder local e por aquilo que são as
116 necessidades das populações é, infelizmente, também uma realidade.

117 O Deputado referiu ainda que, quando se comemora o 25 de Abril e o 1º de Maio, trata-se não só,
118 de uma comemoração, mas também, de reafirmar a necessidade de continuar a lutar e de manter
119 vivo o espírito de Abril.

120 O Deputado Nuno Dias, informou que o Grupo Municipal da CDU, propõe que as Moções sejam
121 votadas em separado.

122 A proposta foi aceite por todos os deputados.

123
124 O Presidente da Assembleia, saudou os deputados pela convergência demonstrada relativamente
125 ao sentimento existente em relação ao 25 de Abril, pela procura de unidade, de participação e não
126 só de comemoração, mas também, de luta na defesa do que se conquistou. Acrescentou ainda
127 que, algumas dessas conquistas já se perderam e que os jovens têm um papel importante na
128 defesa dos direitos que foram conquistados.

129 Sublinhou que, no concelho de Alcácer do Sal, sempre tem sido comemorado o 25 de Abril e que
130 este ano, houve por parte das autarquias e do movimento associativo, um envolvimento muito
131 grande nas comemorações do 25 de Abril.

132
133 A seguir, o Deputado Duarte Lynce de Faria, propôs que todas as Moções fossem subscritas por
134 todos os deputados e enviadas aos mesmos destinatários.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

135 O Presidente da Assembleia, colocou a proposta à consideração dos deputados, tendo a mesma
136 sido aceite por todos.

137
138 O Presidente da Assembleia, informou que, em face do acordado, as Moções serão subscritas por
139 todos os deputados e enviadas aos mesmos destinatários.

140
141 O Presidente da Assembleia, colocou a votação a Moção "A" – *(Por ocasião do 41.º aniversário da*
142 *Revolução de abril e das comemorações do 1º de maio – dia internacional do trabalhador).*

143 **Deliberação: A Moção foi aprovada, por unanimidade.**

144 A moção "A", que aqui se dá como transcrita e reproduzida, fica em pasta anexa à presente ata, da
145 mesma fazendo parte integrante.

146 O Presidente da Assembleia, colocou a votação a Moção "B" - *(Para Manter Vivo Abril, Pelos 41*
147 *Anos do "25 de Abril")*.

148 **Deliberação: A Moção foi aprovada, por unanimidade.**

149 A moção "B", que aqui se dá como transcrita e reproduzida, fica em pasta anexa à presente ata, da
150 mesma fazendo parte integrante.

151
152 O Presidente da Assembleia, colocou a votação a Moção "C" - *(Para Manter Vivo o Espírito do 1.º*
153 *de Maio")*.

154 **Deliberação: A Moção foi aprovada, por unanimidade.**

155 A moção "C", que aqui se dá como transcrita e reproduzida, fica em pasta anexa à presente ata, da
156 mesma fazendo parte integrante.

157
158 Seguidamente, o Presidente da Assembleia, solicitou aos deputados da CDU que apresentassem a
159 Saudação.

160 A Saudação - *(À Associação Humanitária dos Bombeiros Mistos de Alcácer do Sal)*, foi lida pela
161 Deputada Maria Antónia Mendes.

162 O Presidente da Assembleia, perguntou se algum deputado se queria pronunciar sobre esta
163 Saudação.

164 **Intervenções:**

165 O Deputado Luís Nunes, disse que o Grupo Municipal do PS, saúda a Associação Humanitária dos
166 Bombeiros Mistos de Alcácer do Sal pela grande obra do novo quartel e agradeceu a todos que,
167 com muito trabalho, dedicação e sacrifício contribuíram para a realização desta obra e, enalteceu o
168 trabalho realizado pela direção dos Bombeiros de Alcácer do Sal.

169

170 O Presidente da Assembleia saudou o Corpo de Bombeiros na pessoa da Deputada Leónia
171 Gomes, que é bombeira e é um dos exemplos que estão “citados da Saudação”.

172 Referiu, que o processo de construção do quartel dos bombeiros, tem muitos anos e que está
173 presente nesta assembleia o Deputado Duarte Lynce de Faria que, fazia parte dos órgãos sociais,
174 na altura que se iniciou este processo.

175 O Presidente da Assembleia afirmou ainda, estar satisfeito pela apresentação desta Saudação e
176 pelas palavras do Deputado Luís Nunes. Relativamente ao prestígio e a importância que tem a
177 Associação de Bombeiros de Alcácer do Sal.

178

179 O Deputado Duarte Lynce de Faria, referiu que independentemente de pequenas coisas que têm
180 de ser alteradas, os bombeiros estão de parabéns, assim como o município e a população de
181 Alcácer do Sal. Recordou os inúmeros comandantes que passaram pela associação, a maior parte
182 deles já falecidos, grandes homens e que a muitos deles já foram atribuídos e aprovados nomes de
183 ruas. Associou-se à Saudação, propôs que se fizesse um Voto de Louvor e deixou um bem hajam!

184

185 O Presidente da Assembleia, referiu que esta Saudação deve ser extensível à população em geral
186 e às diversas entidades, que ao longo dos anos têm apoiado a Associação dos Bombeiros.

187 Em relação ao Voto de Louvor proposto, manifestou a sua total concordância, acrescentando que o
188 mesmo deve ser dirigido ao Corpo de Bombeiros, Comandantes e Órgãos Sociais da Associação.

189 O Presidente da Assembleia, colocou o Voto de Louvor a votação.

190 **O Voto de Louvor foi aprovado por Unanimidade.**

191

192 **Foi tomado conhecimento da Saudação.**

193 A Saudação em título, que aqui se dá como transcrita e reproduzida, fica em pasta anexa à
194 presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

195

196 O Presidente da Assembleia, referiu que na última assembleia, foi aprovada uma Moção sobre a
197 questão do IC1, mostrando repúdio pelo estado de degradação daquela via e pela situação em que
198 se encontram os serviços públicos no Litoral Alentejano. Acrescentou que todas as Assembleias
199 Municipais do Litoral Alentejano, aprovaram Moções tendo como objetivo de se promoverem
200 algumas iniciativas conjuntas, exigindo ao governo a tomada de medidas urgentes e concretas que
201 se impõem.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

202 Informou que, as Mesas das Assembleias Municipais dos concelhos do Litoral Alentejano se
203 reuniram e decidiram realizar uma assembleia conjunta, no dia 10 de maio, às 16 horas, em
204 Grândola.

205 Acrescentou que, se estão a desenvolver um conjunto de esforços no sentido de se organizar esta
206 iniciativa que pretende dar visibilidade à questão da degradação dos serviços públicos e muito em
207 torno da situação do Hospital do Litoral Alentejano, que tem graves problemas. Esta iniciativa vai
208 envolver os restantes órgãos autárquicos, designadamente as câmaras municipais, às quais
209 também foi pedido apoio logístico, o seu envolvimento e a sua participação.

210 O Presidente da Assembleia, pediu a todos os deputados e ao público presente, para que todos
211 dessem o seu contributo, participando, a fim de dar visibilidade à iniciativa.

212

213 O Deputado Manuel Rocha, no seguimento da intervenção do Presidente da Assembleia sobre o
214 IC1 e as infraestruturas rodoviárias e em nome da Comissão de Utentes do IC1, informou que foi
215 iniciada uma petição para recolha de quatro mil assinaturas, que tem como objetivo levar o assunto
216 a discussão na Assembleia da República. Pediu autorização ao Presidente da Assembleia para
217 fazer circular o documento pelos presentes na sala para recolha de assinaturas, o que lhe foi
218 concedido.

219

220 INTERPELAÇÃO AO EXECUTIVO

221

222 O Deputado Virgílio Manuel da Silva, Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, usou da palavra
223 e referiu que algumas das conquistas do 25 de Abril, dizem respeito a uma melhor qualidade de
224 vida das populações, nomeadamente o direito ao ensino, à saúde e muitos outros, que se estão a
225 perder, cada vez mais.

226 Mostrou-se preocupado com a falta de médicos no Centro de Saúde do Torrão, que abrange a
227 população da vila do Torrão e da aldeia de Rio de Moinhos, onde anteriormente estavam dois
228 médicos Cubanos e agora está apenas um médico e o atendimento não é feito todos os dias.
229 Informou que, a Junta de Freguesia e a Associação de Moradores de Rio de Moinhos têm
230 assegurado o transporte das pessoas para o Hospital do Litoral Alentejano, em Santiago do
231 Cacém, devido à distância e dificuldades de transportes públicos para se deslocarem para o
232 mesmo.

233 Referiu que, a população se tem mostrado muito preocupada pela falta desses cuidados de saúde
234 e que falou com o Presidente da Câmara Municipal sobre esta situação. O deputado informou que,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

235 recebeu uma carta da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, referindo que havia falta de
236 médicos e tinham que gerir o serviço de urgência de Alcácer do Sal.

237
238 O Deputado Duarte Lynce de Faria, em nome do Grupo Municipal do PS, entregou um
239 requerimento à Mesa, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, anunciando
240 que o assunto do requerimento era relativo à internalização dos trabalhadores da EMSUAS,
241 designadamente, aos concursos realizados para esse efeito, tendo feito considerações sobre o
242 mesmo.

243
244 O Presidente da Assembleia, interveio, sublinhando que, o Deputado Duarte Lynce de Faria
245 anunciou que iria apresentar um requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, pedindo
246 resposta por escrito e intempestivamente, fez a sua distribuição procedeu à leitura do citado
247 documento que ainda não chegou ao executivo da Câmara.

248 O Presidente da Assembleia, questionou o Presidente da Câmara, se pretende pronunciar-se sobre
249 este assunto.

250
251 O Presidente da Câmara, disse que não vai responder verbalmente ao requerimento e lembrou
252 que a EMSUAS era uma empresa municipal, que vivia com um milhão e trezentos mil euros de
253 subsídios da Câmara Municipal, que violou sucessivamente todas as regras impostas por um
254 diploma legal que tinha de ser cumprido e que essas transferências não eram submetidas a
255 Tribunal de Contas.

256 Lembrou que o processo de extinção da EMSUAS e internalização dos seus serviços, não
257 internalização de funcionários, foi iniciado com o processo de dissolução e que houve um conjunto
258 de factos que ocorreram relativamente aos procedimentos concursais, em primeiro lugar, para os
259 trabalhadores que estavam com vínculo a contrato por tempo indeterminado, depois houve um
260 processo relativo a trabalhadores que quiseram sair e depois houve uma opção de acordo com as
261 necessidades do município, relativamente aos trabalhadores que estavam com contrato a termo.

262 Afirmou ainda que, espera que o processo da EMSUAS acabe bem. Referiu também que algumas
263 pessoas que estão na sala, que conhecem melhor o processo, temem, que o município venha a
264 pagar bem caro e se isso acontecer, é a receita do município e encargos do município que vão ser
265 postos em causa, sem qualquer previsão, até onde é que isso pode chegar.

266 O requerimento em título, que aqui se dá como transcrito e reproduzido, fica em pasta anexa à
267 presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

268

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

269 Em relação à questão colocada pelo Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, sobre a falta de
270 médicos, o Presidente da Câmara referiu, que houve recentemente uma reunião com o Sr.
271 Secretário de Estado da Saúde, onde lhe foi dito novamente, que Alcácer do Sal tem falta de
272 médicos e de enfermeiros e que é urgente encontrarem solução para esta situação, porque são as
273 populações que estão a pagar. Acrescentou, que o município está a prestar apoio aos médicos
274 Cubanos, com transporte e alojamento e que vai continuar empenhado em lutar por mais médicos
275 para o concelho de Alcácer do Sal. Informou que, nessa reunião lhe foi dito que o Governo está a
276 tentar encontrar formas de aliciar médicos reformados a voltar ao serviço nacional de saúde, não
277 perdendo a reforma e ganhando uma renumeração de acordo com o número de doentes ou com o
278 número de horas que façam, ou encontrando soluções com as IPSS. Disse ainda que o Secretário
279 de Estado informou ainda, que situação do Litoral Alentejano é uma das três piores do país, a este
280 nível, juntamente com os municípios da área metropolitana de Lisboa e do Algarve.

281

282 A Deputada Luzia Carvalho, referiu que a bancada municipal da CDU, considera que será de toda
283 a justiça, que se faça nesta assembleia, uma referência, à forma como decorreram os trabalhos de
284 desobstrução das vias e das ruas aquando da ocorrência da chuva anormal, do passado dia
285 quinze. Disse que, todos reconhecem, que os trabalhadores da autarquia envolvidos nestes
286 trabalhos, foram incansáveis e procuraram que esta ocorrência anormal causasse o menor impacto
287 na vida quotidiana das populações e dos bens envolvidos. Fez referência também, ao pronto
288 envolvimento da proteção civil e dos Bombeiros, na ajuda preciosa nesta ocorrência anormal, que
289 veio pôr a descoberto, algumas fragilidades no sistema de escoamento das águas pluviais, que
290 seguramente, este executivo terá em consideração por forma a acautelar situações futuras.

291

292 A Deputada Maria Antónia Mendes, interveio a seguir e deixou uma palavra de apreço ao
293 Presidente da Câmara Municipal e ao executivo permanente, por terem rebaixado a lombada redutora
294 de velocidade, situada na avenida, que estava muito alta e que essa obra foi muito elogiada pela
295 população.

296

297 O Presidente da Câmara, relativamente á intempérie do dia quinze de abril, disse que foi uma
298 situação muito grave. Destacou e realçou o trabalho das equipas municipais que estiveram
299 envolvidas e informou que houve um agradecimento por carta a cada um dos trabalhadores
300 envolvidos. Destacou a coordenação fantástica que foi feita pelo Vereador da Proteção Civil,
301 Manuel Vítor e pela Vereadora Ana Luísa Soares, que embora se encontrasse em período de
302 licença, esteve também no terreno a acompanhar as equipas. Realçou, também o trabalho e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

303 empenho do Eng.º António Seco, do Gabinete de Proteção Civil e de cada um dos responsáveis
304 das equipas, das equipas da União das Freguesias de Alcácer do Sal e do seu presidente, dos
305 Corpos de Bombeiros Mistos de Alcácer do Sal e do Torrão.

306 Disse que, estão identificadas algumas patologias e alguns problemas que carecem de solução e
307 que algumas medidas já foram adotadas para diminuir os impactos, se ocorrer uma situação
308 semelhante.

309 Em relação à questão da lomba, o Presidente da Câmara disse que a mesma estava a causar, pela
310 sua altura, vários problemas de mobilidade.

311 312 **ORDEM DE TRABALHOS**

313
314 ***1 – Análise e conhecimento da informação referente ao Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre***
315 ***a Situação Financeira do Município referente ao 1º semestre 2014.***

316 **Tomado Conhecimento.**

317 A Informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
318 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

319
320 ***2 - Análise e votação da proposta referente ao Património Inicial. Regularizações.***

321 O Presidente da Assembleia, colocou a proposta a discussão, não havendo intervenções, colocou
322 a proposta a votação.

323 **Deliberação: Aprovada por Unanimidade.**

324 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
325 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

326
327 ***3 - Análise e votação da proposta referente à Prestação de Contas de 2014.***

328 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão.

329 **Intervenções:**

330 O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara que informou estar presente o
331 Dr. Carlos Grenha, Revisor Oficial de Contas do município pelo que se houvesse algumas dúvidas,
332 o mesmo poderia esclarecê-las.

333 Disse, que o ano de 2014 tinha sido marcado, não só, por uma drástica redução no IMT, mas
334 também, pela redução da Derrama, ou seja, os impostos diretos que tinham a ver com a atividade
335 económica, tinham sofrido um retrocesso muito significativo.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

336 Relativamente aos impostos diretos o Presidente da Câmara referiu que, a receita global tinha
337 descido 2,3 milhões de euros, constatando-se uma redução considerável nas transferências de
338 capital.

339 Salientou que do lado da despesa, tinha havido uma redução global, e que tinha havido uma
340 estabilização da despesa corrente.

341 Relativamente ao Documento de Prestação de Contas, o Presidente da Câmara disse que o
342 mesmo era caracterizado por uma grande redução na parte da receita e na incorporação do acordo
343 com as normas da DGAL, a incorporação de todo o valor do FAM, e foi ainda incluída dívida que
344 não estava declarada, nomeadamente o acordo que tinha sido concretizado com a AGDA, Águas
345 Públicas do Alentejo, com a AMRS, Associação dos Municípios da Região de Setúbal e a CIMAL,
346 pela extinção da REGI, nomeadamente, os empréstimos que tinham sido efetuados e que o
347 município de Alcácer do Sal, não tinha incorporado na dívida.

348 Referiu também, que no ano de 2015, iria ser integrado o valor de cento e quarenta e quatro mil
349 euros referente à taxa de recursos hídricos, valor que também não tinha sido declarado.

350 O Presidente da Câmara referiu ainda, que segundo as normas das Finanças Locais e da Lei de
351 Compromissos, tinha-se acabado com as dívidas com mais de noventa dias e em algumas áreas,
352 como era o caso da Ação Social, em números absolutos, o valor tinha baixado em algumas
353 rubricas, mas contudo, o peso relativo na despesa era de 49%, ou seja, o peso relativo em
354 percentagem, tinha tido um aumento.

355 Relativamente às despesas de capital, no ano de 2014, houve uma drástica redução nas
356 transferências de capital, sendo o valor de um milhão e meio, ou seja, houve uma redução para
357 menos de metade do valor que em média se recebia.

358 Salientou, que relativamente aos equipamentos, houve um aumento bastante significativo,
359 devendo-se o mesmo à aquisição de uma viatura de transportes coletivos e também a um grande
360 investimento no parque informático.

361 Relativamente ao aumento da dívida, disse que se estava a confundir a mesma com passivos, o
362 que eram coisas completamente distintas, uma vez que o passivo eram obrigações do município e
363 o valor que estava no passivo era influenciado, com a incorporação do FAM e um conjunto de
364 encargos não declarados. Referiu também que tinha havido uma redução nas chamadas faturas
365 em conferência.

366 Nas prestações de serviço, o Presidente da Câmara explicou que teriam de separar as mesmas
367 dos contractos de avença, uma vez que eram situações completamente distintas.

368 Lembrou ainda, o valor das transferências que eram feitas para a EMSUAS e que no ano de 2014 o
369 mesmo já não existia.

370 Disse também que tinha sido criada uma rúbrica nova, previsões para riscos e encargos, que era
371 um valor que se encontrava a zero e tinha sido dotada com cento e oitenta e cinco mil e setecentos
372 euros.

373 Concluiu, que as indicações que o executivo tinha dado aos técnicos, era a de se declarar tudo e
374 não se omitir nada e deu os parabéns à equipa da Dra. Teresa de Sousa, pelo trabalho que tinham
375 executado.

376
377 O Deputado Duarte Lynce de Faria agradeceu ao Presidente da Câmara, pela explicação
378 detalhada relativamente ao documento apresentado. Salientou, que era importante o
379 esclarecimento que tinha sido feito do orçamento.

380 Disse que o trabalho, tecnicamente estava perfeito, tanto da parte dos técnicos da câmara, como
381 do Revisor Oficial de Contas.

382 Lembrou que a dívida à Assembleia Distrital de Setúbal tinha passado de executivo para executivo,
383 sem que ninguém na altura tivesse resolvido a situação e referiu também a dívida da CIMAL,
384 relativamente aos empréstimos da REGI, em que tinha ocorrido o mesmo.

385 O Deputado afirmou, que tal como nas empresas privadas, neste momento também se falava em
386 previsões, algo que pensava que era extremamente importante, pois pela primeira vez, se estava a
387 gerir uma coisa, que anteriormente só se geria em termos de pessoal, que era o cálculo actuarial,
388 mas neste caso, o que se estava a discutir era o risco dos pedidos de indemnizações que se
389 encontravam em tribunal e salientou, que era fundamental o mesmo estar previsto. Disse que tinha
390 tido acesso à listagem das várias ações e dos valores que estavam a ser pedidos à câmara, e que
391 o Gabinete Jurídico tinha feito uma ponderação dos valores pedidos, relativamente às ações,
392 salientando que era um aspeto técnico extremamente importante.

393 Uma outra questão que o Deputado referiu, foi o preâmbulo do documento, e disse que o mesmo
394 era um preâmbulo político, mas refere que podiam não estar de acordo do que efetivamente eram
395 os objetivos, mas era uma opção que estava sustentada dentro de uma determinada perspetiva,
396 assim sendo, era uma divergência sustentada, salientando que era normal e salutar em termos
397 democráticos.

398 Referiu, que o Presidente da Câmara tinha esclarecido quais eram as dificuldades e o Deputado
399 mencionou ainda, que estavam no meio de dois quadros comunitários, numa situação de redução
400 de receitas de capital e uma outra questão importante, era o aumento significativo da dívida que
401 tinha a ver com a dívida da CIMAL e do FAM.

402 Numa outra perspetiva, referiu que a rubrica da EMSUAS já não estava preenchida, mas consta em
403 termos de aumento de pessoal, embora o mesmo fosse menor.

404 O Deputado Duarte Lynce Faria, referiu que a redução da despesa passava por redução nos
405 apoios a determinadas instituições, mas pensa que existiam outras rubricas a compensar e não
406 exclusivamente o valor que se encontrava cabimentado. Mencionou que era importante perceber a
407 diferença entre receitas de capital e receitas de investimento, pois o que entrava nas receitas de
408 capital nem sempre era o mesmo que entrava na rubrica de investimento. Mencionou ainda, que
409 era necessário ser efetuada uma redução na despesa, designadamente, à custa da despesa
410 corrente. Afirmou ainda, que o Estado tinha aumentado o teto das despesas correntes e era uma
411 situação que tinha de ser analisada com muito cuidado, uma vez que era um pau de dois bicos.

412 O Deputado referiu que a dívida do município à Águas Públicas do Alentejo, nomeadamente a
413 dívida que o anterior executivo deixou, era apenas relativamente às faturas dos meses de Julho e
414 agosto de 2013 e que eram vencidas no mês de Outubro de 2013.

415 Referiu mais uma vez, o bom trabalho técnico e sobretudo a alteração dos critérios do ponto de
416 vista contabilístico, que tornavam o documento mais transparente e rigoroso, destacou também, os
417 relatórios e a certificação de contas efetuadas pelo ROC.

418

419 A Deputada Luzia Carvalho, disse que iriam apresentar uma declaração de voto que espelhava a
420 apreciação da CDU, relativamente ao documento de Prestação de Contas. Referiu ainda, a
421 transparência e a forma como tecnicamente o documento foi elaborado, sublinhou ainda, que a
422 bancada da CDU, enaltecia a forma como o documento tinha sido preparado, e também o parecer
423 do ROC.

424 Afirmou ainda, que apesar da descida abrupta das receitas, tinha-se conseguido manter os apoios
425 prestados às diversas instituições e ao movimento associativo, e algum reforço de alguns apoios
426 considerados fundamentais, nomeadamente o reforço que tinha sido feito à Associação
427 Humanitária de Bombeiros Mistos de Alcácer do Sal.

428 Concluiu, dizendo que era um documento que espelhava a realidade da gestão autárquica
429 transparente deste executivo.

430

431 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

432 **Deliberação: Aprovada por Maioria, com 8 abstenções dos Deputados do PS.**

433 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
434 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

435

436 A Declaração de Voto apresentada pelos Deputados do PS, foi lida pelo Deputado Duarte Lynce
437 Faria.

438

Declaração de Voto

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

439 “O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal constata que esta prestação de contas - que ora se apresenta - é a
440 primeira que reflete a realidade de um ano de trabalho exclusivamente da responsabilidade do atual Executivo. Mas, uma vez mais, a
441 declaração política no Preâmbulo do Senhor Presidente não corresponde às conclusões que se pretendem retirar. Registe-se, contudo,
442 que se trata, agora, de uma divergência política e não de uma questão de discordância das circunstâncias de facto do passado como
443 sucedeu há um ano atrás. Refira-se que, para se apregoar a “transparência”, torna-se necessário que, antes de mais e para além do
444 cumprimento das regras contabilísticas, se prove que o desenvolvimento sustentado do concelho esteja patente na prestação de contas
445 pois esta constituirá, na verdade, um ponto de partida para a execução do atual orçamento de 2015. Assim, como ponto de partida,
446 importa relevar o seguinte:

447 1.º- O valor do investimento em 2014 foi o mais baixo registado nos últimos anos, verificando-se uma redução na ordem dos 42%
448 comparativamente ao ano de 2013. Ainda assim, o fraco investimento existente resulta, quase na sua totalidade, de um conjunto de
449 obras iniciadas no anterior Executivo, tais como a Remodelação da estrada de acesso ao Bairro do Venâncio, a Remodelação das
450 infraestruturas da aldeia de Santa Susana e a Remodelação das infraestruturas no Bairro de São João;

451 2.º - O equilíbrio corrente só foi conseguido pelo facto de não terem sido saldadas algumas faturas, apesar da distribuição do FEF ter
452 sido muitíssimo mais benevolente para as receitas correntes (85% do total). Entretanto, o saldo entre receitas e despesas foi negativo e
453 da ordem dos 700 mil euros;

454 3.º- Constata-se um aumento significativo da dívida, na ordem dos 1.350.000,00 € (um milhão trezentos e cinquenta mil euros), embora
455 reflita, igualmente, uma dívida da CIMAL e a participação no “famigerado” FAM que não seriam expectáveis anteriormente;

456 4.º- A anunciada redução da despesa, anunciada pelo Senhor Presidente, aparentemente boa e feita crer como tal, foi, no entanto,
457 conseguida à custa das seguintes duas rubricas:

- 458 a) Por um lado, à custa do desinvestimento, que se traduziu no valor de um milhão e quatrocentos mil euros;
- 459 b) Por outro, e contrariamente ao anunciado no Preâmbulo do Orçamento para o ano de 2014, já da responsabilidade do atual
460 Executivo, verificou-se também uma redução de despesa nos apoios a instituições de solidariedade social e famílias, num valor de
461 cerca de cento e trinta mil euros.

462 Louvaríamos esta redução da despesa se fosse conseguida à custa da despesa corrente, ainda que descontando a internalização da
463 EMSUAS, EM. Ora, não foi isso que sucedeu e, como constatamos, nem sempre com a fundamentação transparente dos critérios
464 justificativos nem dos procedimentos associados que se impunham, ainda que com a margem natural que compete à gestão. Alertámos
465 para este assunto diversas vezes, designadamente, a propósito dos quadros de pessoal que vieram a esta Assembleia.

466 No caso das despesas correntes, as aquisições de serviços tiveram um aumento de cerca de 600 mil euros (19%), traduzindo-se o
467 aumento das despesas de pessoal em 700 mil euros dos quais cerca de 150 mil euros (11%) correspondem ao aumento das despesas
468 em tarefas e avenças.

469 Pouco transparente e que falece de sustentação objetiva será dizer que o aumento da despesa com pessoal se deveu à internalização
470 dos trabalhadores da EMSUAS, EM, pois essa já era uma despesa existente, ainda que com outra rubrica contabilística (“rubrica de
471 subsídios”) resultante da imputação dos custos anuais da empresa através da contratação havida.

472 5.º- Aumento da dívida a fornecedores de cerca de 135 mil euros (34%) e que ascendeu a aproximadamente 860 mil euros no total;

473 6.º- Diminuição do saldo de gerência que eram os seguintes nos anos transatos:

- 474 a) Em 31.12.2013 – 1.971.996,17 € (ainda resultado da gestão do executivo anterior do Partido Socialista);
- 475 b) Em 31.12.2014 – 1.172.695,39 €;

476 De forma transparente, percebe-se o despesismo próprio do atual Executivo e por efeito das despesas correntes, ainda que ressalvando
477 a internalização da EMSUAS, EM;

478 7.º- Aumento da dívida do Município a terceiros na ordem de um milhão e duzentos mil euros;

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

479 8.º - Finalmente, o tão propalado “pagamento de encargos assumidos e não pagos que transitam para 2014 (de que são exemplos o
480 projeto “Ruas” e a faturação de água a pagar à “Águas Públicas do Alentejo”) não tem correspondência rigorosa nos dados
481 contabilizados na prestação de contas.

482 Não podemos deixar passar em branco que o atual Executivo da CDU parece seguir, ao menos na forma, a técnica usada pelo Governo
483 do PSD/CDS-PP, ao tentar emprestar aos números apresentados virtualidades que estão muito longe da vida concreta dos alcacerenses
484 e das nossas instituições.

485 Ou será que nos esquecemos das prosápias mais recentes do Senhor Primeiro-Ministro quando afirmou que *“o país está melhor mas as*
486 *peessoas é que não sentem”*, fazendo lembrar os jargões do regime salazarista?

487 Os números não espelham, naturalmente, a realidade das populações e, por isso, assistimos à sua utilização no jogo político o que os
488 tornam mais falaciosos que as próprias palavras pois, aos mais incautos, traduzem uma “certeza” que não existe. É como olhar um copo
489 preenchido à sua metade quando questionamos: *“Estará meio cheio ou meio vazio”*?

490 Perante o exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista constata o rigor do trabalho de todos os funcionários que contribuíram para o
491 documento apresentado como “Prestação de Contas do ano de 2014” que traduz a execução desse orçamento anual com opções
492 políticas distintas das que se foram enunciando e, nessa medida, entende ser seu dever abster-se na respetiva votação.”

493 O Grupo Municipal do Partido Socialista

494

495 **A Declaração de Voto apresentada pelos Deputados da CDU, foi lida pelo Deputado Nuno Dias.**

496 **Declaração de Voto**

497 “O documento de Prestação de Contas apresentado a esta Assembleia, reflete como legalmente obrigatório, toda a atividade autárquica
498 no ano de 2014 e reflete igualmente as opções e as decisões que de forma responsável e transparente foram tomadas pelo executivo
499 municipal.

500 A transparência, sem omissões ou ocultações de despesas ou encargos e o respeito por todos os compromissos assumidos, são de
501 facto, a marca mais evidente desta gestão e que estão refletidos neste documento.

502 Neste documento inevitavelmente, estão também refletidas as consequências das políticas de empobrecimento do país e dos ataques
503 que o Governo tem vindo a desferir ao Poder Local, nomeadamente através do encerramento de serviços públicos, empobrecimento das
504 populações e dos Concelhos, com cada vez mais restrições financeiras aos municípios e com as últimas grandes medidas que são
505 nomeadamente a responsabilização dos municípios com os encargos financeiros no que respeita a custos com a saúde dos
506 trabalhadores e a criação de um Fundo de Apoio Municipal que mais não é do que um instrumento para espoliar os municípios,
507 obrigando-os mais uma vez a assumir as responsabilidades do Estado.

508 O Documento evidencia os resultados da profunda crise que se abateu sobre a economia particularmente na acentuada redução das
509 receitas (- 2,3 milhões de euros), na redução das transferências de capital, com destaque para a redução dos projectos co-financiados.

510 Num quadro de redução das receitas particularmente; as receitas de capital passam de cinco milhões e cem mil euros em 2011 para
511 quatro milhões e quinhentos mil euros em 2012 e em 2014 para um milhão e cem mil euros. Ainda assim foi mantido o apoio ao
512 movimento associativo e às Instituições, foi reforçado o apoio ao Bombeiros, permitindo a conclusão das obras do novo quartel, foi
513 concluída de forma exemplar, a internalização dos trabalhadores da EMSUAS e foi incorporada toda a dívida escondida pelo anterior
514 executivo, de cerca de 1 milhão de euros, assim como foram considerados a totalidade dos encargos decorrentes do FAM na ordem dos
515 829.000 euros.

516 Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Alcácer do Sal valorizam os Documentos de Prestação de Contas apresentados.
517 Valorizam o parecer claro e responsável do Revisor Oficial de Contas e o nosso voto favorável reflete não só a confiança nos
518 documentos apresentados, assim como a confiança de que este é o caminho que Alcácer merece: Trabalho, honestidade e
519 competência.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

520 Alcácer do Sal 29 de abril de 2015

521 O Eleitos da CDU"

522

523

524 **4 - Análise e votação da proposta referente à Prorrogação do prazo da deliberação de autorização**
525 **de 26-09-2014 referente à abertura de procedimento concursal comum, para ocupação de 8 postos**
526 **de trabalho na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado,**
527 **na categoria de assistente operacional.**

528 O Presidente da Assembleia, colocou a proposta a discussão. Não havendo intervenções, colocou
529 a proposta a votação.

530 **Deliberação: Aprovada por Unanimidade.**

531 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
532 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

533

534 **5 - Análise e votação da proposta referente à Abertura de procedimento concursal no cargo de**
535 **direção intermédia de 3º grau, para o desempenho de funções na Unidade Municipal de Serviços**
536 **de Apoio, inserido na Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos.**

537 O Presidente da Assembleia, colocou a proposta a discussão. Não havendo intervenções, colocou
538 a proposta a votação.

539 **Deliberação: Aprovada por Maioria, com 8 abstenções dos Deputados do PS.**

540 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
541 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

542

543 **6 - Análise e votação da proposta referente às Disposições Normativas e tabelas de Preços para a**
544 **PIMEL 2015.**

545 O Presidente da Assembleia, colocou a proposta a discussão. Não havendo intervenções, colocou
546 a proposta a votação.

547 **Deliberação: Aprovada por Unanimidade.**

548 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
549 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

550

551 **7 - Análise e votação da proposta referente à Carta Educativa 2013/2017.**

552 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão.

553 **Intervenções:**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

554 O Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para intervir sobre o
555 assunto tendo este informado que o executivo, nomeadamente a Vereadora do Pelouro, estava à
556 disposição para qualquer esclarecimento. Recordou, que o que estava em causa, era uma
557 alteração pontual à mesma, para efeitos da candidatura do Centro Pré Escolar do Morgadinho ao
558 QREN, anterior pacote de financiamento da União Europeia. Informou, que tinham conseguido
559 desbloquear a aprovação, mas estavam condicionados pagamentos, que estavam a aguardar a
560 aprovação de Carta Educativa.

561

562 O Deputado Duarte Lynce Faria, referiu que tinham utilizado a metodologia correta no documento,
563 uma vez que tinha havido grandes contributos e se obteve o consenso daquilo que efetivamente
564 interessava a Alcácer do Sal e pensa que este aspeto era fundamental.

565 Acrescentou, que a decisão que tinha sido tomada há um ano atrás, de retirar o documento para
566 que o mesmo fosse melhorado, só veio robustecer o mesmo.

567 Concluiu que a Carta Educativa, era do concelho e era fundamental para que se conseguissem
568 determinados investimentos comunitários.

569

570 O Deputado Serafim Inocêncio, cumprimentou os presentes e referiu que tinha analisado o
571 documento de forma objetiva e criteriosa e referiu que tinha sido extremamente importante a cultura
572 de participação, ou seja, a participação ativa de todas as pessoas que fizeram com que fosse
573 possível a melhoria do documento e acrescentou ainda, que era de louvar o trabalho que o *Grupo*
574 *de Trabalho* tinha desenvolvido.

575 Salientou, que o documento tinha uma pequena falha, ou seja, não tinha sido feita uma
576 caracterização da escolaridade dos encarregados de educação, apesar de referirem que tinha
577 havido um aumento na escolaridade dos mesmos e referiu que deveria constar no documento a
578 caracterização do concelho, relativamente ao analfabetismo.

579 Manifestou a sua preocupação relativamente ao nível das ofertas educativas e que a autarquia e a
580 escola deveriam ter esse ponto em atenção.

581 Relativamente à rede educativa, o Deputado referiu, que se deveria uniformizar em termos de
582 documento, mas o reordenamento da rede era discutível e disse que o caso da Escola dos
583 Telheiros, era uma decisão política.

584

585 O Deputado Manuel Rocha salientou, o bom trabalho que tinha sido desenvolvido pelo grupo de
586 trabalho, relativamente ao documento que estava em apreciação, e disse ainda aceitarem-se os
587 contributos.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

588 Relativamente à situação da Escola dos Telheiros, referiu que era uma escola para manter, mas
589 além de ser uma decisão política, era também a vontade dos encarregados de educação.

590

591 A Vereadora Ana Chaves, realçou o excelente trabalho desenvolvido pelo grupo de trabalho,
592 apesar de todos os constrangimentos com que se debateram, nomeadamente, a recusa da
593 colaboração solicitada a algumas entidades, no sentido de darem os seus contributos para a
594 elaboração do documento.

595 Lembrou ainda, que os constrangimentos do documento que tinha sido apresentado há um ano
596 atrás, tinham a ver com o que já constava na última Carta Educativa.

597 Acrescentou que tinham tido conversações com a CCDR, que tinha permitido a reformulação do
598 documento.

599 Lamentou ainda que enquanto Presidente do Conselho Geral de Educação, o Deputado Serafim
600 Inocêncio, não tivesse colaborado, apesar de ter dado alguns contributos, os quais tinham sido
601 tidos em conta. Agradeceu aos restantes colaboradores que estavam mencionados na Carta
602 Educativa.

603

604 O Deputado Serafim Inocêncio disse que nunca negava contributos, que o tinha feito em seu nome
605 e que poderiam ter sido poucos, mas tinham sido bastante objetivos e claros. Acrescentou que
606 tinham sido considerados os seus contributos, pois os mesmos faziam parte do documento.

607

608 O Presidente da Assembleia referiu que o documento estava muito bem elaborado e felicitou o
609 grupo de trabalho. Agradeceu ainda todos os contributos que tinham sido dados para a elaboração
610 da Carta Educativa.

611 Salientou ainda que a escola não poderia ser vista só do ponto de vista educativo e pedagógico,
612 mas também do ponto de vista da comunidade.

613

614 O Deputado Duarte Lynce Faria, referiu um aspeto importante que era o de ter sido
615 redimensionada a argumentação da Escola de Palma e de Casebres. Salientou que este executivo
616 sai em ombros, uma vez que os ataques dos governos, tinham de ser defendidos com planeamento
617 e com antecipação.

618

619 O Presidente da Câmara manifestou satisfação em nome do executivo, pelo reconhecimento
620 honesto que a Assembleia Municipal fez, relativamente ao trabalho que foi desenvolvido pelo
621 executivo e pela sua equipa técnica e também com outros apoios que não foram mencionados,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

622 nomeadamente pessoas e instituições que também prestaram o seu apoio relativamente à nova
623 Carta Educativa.

624 Referiu que ninguém sabia qual seria o desfecho das próximas eleições legislativas e se
625 continuassem com a mesma linha condutora, que tinha sido desenvolvida pelo Ministério da
626 Educação, não haveria Carta Educativa que resistisse.

627

628 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

629 **Deliberação: Aprovada por Unanimidade.**

630 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
631 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

632

633 ***8 - Análise e votação da proposta referente à desafetação de Parcela de Terreno do Domínio***
634 ***Público para o Domínio Privado do Município.***

635 O Presidente da Assembleia, colocou a proposta a discussão. Não havendo intervenções, colocou
636 a proposta a votação.

637 **Deliberação: Aprovada por Unanimidade.**

638 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
639 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

640

641 ***9 - Análise e votação da proposta referente à Desafetação de Parcela de Terreno do Domínio***
642 ***Público para o Domínio Privado do Município.***

643 O Presidente da Assembleia, colocou a proposta a discussão. Não havendo intervenções, colocou
644 a proposta a votação.

645 **Deliberação: Aprovada por Unanimidade.**

646 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
647 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

648

649 ***10 - Análise e conhecimento da proposta referente à declaração de empreendimento com relevante***
650 ***interesse local.***

651 **Tomado Conhecimento.**

652 A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
653 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

654

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

655 **11 - Análise e conhecimento da informação referente à Atividade Autárquica.**

656 **Tomado Conhecimento.**

657 A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
658 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

659

660 **APROVAÇÃO EM MINUTA DAS DELIBERAÇÕES** _____

661

662 Foi lida a minuta da ata, pelo 1º secretário da mesa, a fim das deliberações dela integrantes,
663 produzirem efeitos imediatos.

664 Colocada à votação foi aprovada, por unanimidade.

665

666

667 **ENCERRAMENTO DA SESSÃO** _____

668

669 Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia, declarou encerrada a sessão, pelas zero
670 horas do dia trinta de abril do ano dois mil e quinze. Eu, Dina do Carmo Prego Semião Sardo e
671 Nuno Manuel Carvalho, assistentes técnicos, redigimos a presente ata, que assinamos com o
672 Presidente da Assembleia Municipal.

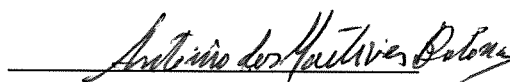
673

674

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

675

676



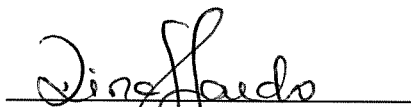
677

678

OS ASSISTENTES TÉCNICOS,

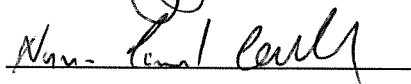
679

680



681

682



683